

O País da Não-Inscrição

GIL, José. *Portugal, hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água, 2005.

Alexandre Barbalho

“É a vida!”, afirma o apresentador de um telejornal português, para assim falar da resignação diante do mundo. Com esse chamado à impotência que invade as noites televisivas dos portugueses, o filósofo José Gil, considerado um dos 25 maiores pensadores contemporâneos pelo *Le Nouvel Observateur*, inicia seu livro *Portugal, hoje. O medo de existir* (Ed. Relógio D'Água). Lançado no final de 2004, a obra vem tendo várias reimpressões e alcançou ampla repercussão em meios geralmente alheios a escritos filosóficos, inclusive o midiático.

Como explicar o sucesso de público desse ensaio? Talvez por conta das teses polêmicas do autor sobre o mundo lusitano. E qual a questão central de José Gil que vem causando tanto furor entre seus compatriotas? A de que em Portugal nada se inscreve. Nada acontece em qualquer âmbito (social, econômico, político, artístico) e em qualquer plano (individual e coletivo).

Se inscrever é agir, afirmar, decidir; é correr perigo, conquistar autonomia e sentido das coisas; é produzir real e desejo. A inscrição é o Acontecimento que ganha o estatuto de experiência decisiva, formadora. Mas que implica, por isso, em confrontos, sofrimentos, divergências, perdas e danos – ou seja, em assumir a dimensão trágica da vida.

Na avaliação de José Gil nada disso se passa entre os portugueses (salvas as exceções). E não é de agora, digo, dos tempos do salazarismo para cá. Vem de muito antes, de pequenos traumas não inscritos que se perderam no tempo e resultaram em um “trauma inicial” e no nevoeiro inconsciente que se instaura nas consciências – assim nenhum conflito rebenta, ninguém grita, tudo se torna impune com o tempo, mesmo o imediato, o presente. Se o Brasil é o país do futuro que nunca chega, Portugal vive do passado que jamais volta, mas que é a sua tentativa

desesperada de se inscrever, de “dar consistência ao que tende incessantemente a desvanecer”.

É certo, no entanto, que o salazarismo potencializou a não-inscrição. O regime ditatorial reduziu ao mínimo o espaço público, aprofundou o divórcio entre conhecimento e democracia, reforçou o familiarismo como espaço privilegiado de sociabilidade e de falsa inscrição, criou ainda mais medo em uma sociedade civil já medrosa, fomentou a inveja, a reclamação, o ressentimento... Por outro lado, o 25 de Abril não conseguiu reverter esse quadro – tarefa hercúlea. E a Revolução dos Cravos acabou também por não se inscrever a despeito da comemoração anual em torno do evento.

Entre a pré-modernidade e a pós-modernidade, entre a sociedade da norma e a do controle, Portugal vive em seu presente, com medo de existir. Eis a identidade lusitana segundo José Gil.

Se há força nas reflexões contidas no breve ensaio filosófico, algumas questões (de outra ordem talvez, motivadas pela sociologia, pela antropologia, pela história) se colocam quando tratamos dos temas identitários como grandes narrativas: a da possibilidade de definir a essência de um povo, de uma nação. O filósofo sabe dessa dificuldade, a “de falar dos ‘portugueses’, como uma entidade una e indiferenciada”, mas adianta que “mesmo como ficção, ou ilusão da opinião, essa entidade existe e merece que se pense nela”. Sem dúvida. Inclusive em sua problemática.

Como, por exemplo, de quais portugueses falamos. Daqueles descendentes diretos da antiga Lusitânia romana? Ou mesmo de antes, daqueles povos revelados pelos vestígios arqueológicos? Ou de muito depois, da sociedade portuguesa que resulta do grande império colonial? Ou daquela que imerge e emerge do salazarismo? Ou esta contemporânea?

E nestes portugueses estão incluídos os milhares de migrantes de várias matizes, dos africanos, antigos colonizados, aos europeus do Leste, passando pelos brasileiros? Ou será que estes não são portugueses? E os que nascidos em Portugal estão aos milhares na Europa mais rica? Deixaram de ser portugueses? E como essas diferenças todas se encaixam no “país da não-inscrição”?

Uma última nota sobre a questão da identidade. Mesmo sabendo da relação de José Gil com autores do pós-estruturalismo francês, em especial Foucault e Deleuze, e portanto, atento à diferença e às armadilhas do pensamento autoritário ocidental, a lógica do uno e do indiferenciado, muito forte no debate sobre a identidade nacional, acaba por trazer armadilhas ao filósofo. Quando afirma que “sofremos

(os portugueses) de muitos defeitos próprios das sociedades do terceiro mundo: absentismo no trabalho, inércia, dificuldades na formação e na aprendizagem, lentidão, falta de competitividade”, todo pensamento da parte de baixo do globo se treme de raiva com esse ranço racista tão velho (e ainda tão presente!).

Ao fim do ensaio, ficamos nos questionando se a não-inscrição, não sendo uma característica exclusiva de Portugal, mas encontrando lá habitat ideal, como adverte José Gil, não seria sintoma de todo o mundo imerso no Capitalismo Mundial Integrado e em sua lógica do consumo e da mercadoria. Bom, de todo modo, se reconhece muito de nosso país nesse Portugal da não-inscrição.

Velha herança metropolitana?